

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO NO IDEÁRIO DO INTELLECTUAL CATARINENSE SÍLVIO COELHO DOS SANTOS

Marilândes Mól Ribeiro de Melo¹
Maria das Dores Daros²

RESUMO

Este escrito evoca um momento particular no tempo e no espaço, ou seja, a historiografia da educação catarinense na década de 1960, por meio da abordagem de produções científicas do intelectual Sílvio Coelho dos Santos, durante sua permanência na direção do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cepe). O Cepe foi uma instituição que desenvolveu pesquisas em educação e nela Santos atuou como diretor e pesquisador, contribuindo significativamente para a configuração do campo educacional catarinense, por meio de suas produções sobre o tema educação e desenvolvimento. Este texto objetiva dar visibilidade às ideias de educação, desenvolvimento e planejamento a partir das concepções de Sílvio Coelho dos Santos, dentro do projeto de modernização inscrito para a educação no período em questão, por meio de um plano de desenvolvimento mais amplo, o Plano de Metas do Governo (Plameg). Evidenciamos que Santos por meio de suas produções sobre a educação supriu uma lacuna existente acerca do “olhar” para a educação catarinense de um modo científico.

Palavras-Chave: Educação; Desenvolvimento; Planejamento

EDUCATION, DEVELOPMENT AND PLANNING IN THE IDEAS OF SANTA CATARINA'S SCHOLAR SÍLVIO COELHO DOS SANTOS**ABSTRACT**

This results from evoking a particular moment in time and space, the education historiography in Santa Catarina, Brazil in the 1960's by addressing Silvio Coelho dos Santos' scientific production during his stay in the direction of the *Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais* (Cepe), an education research center where Mr. dos Santos served as director and researcher, significantly contributing to the setting in education in Santa Catarina through its education and development works. This aims to give visibility to the education ideas, development and planning from the Mr. dos Santos' conceptions within the modernization project for education in this period through a wider development plan, the *Plano de Metas do Governo* (Plameg). Mr. dos Santos through his education productions shortened the gap on a scientific approach for education in Santa Catarina.

Keywords: Education, Development, Planning

Introdução³

Este artigo evoca um momento particular no tempo e no espaço, com sua ordem de interesses, também específica, guiada pelos sujeitos que neles transitavam, ou seja, a historiografia da educação catarinense na década de 1960, por meio da abordagem de produções científicas do intelectual Sílvio Coelho dos Santos, durante sua permanência na direção do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais⁴ (Cepe). O Cepe era uma instituição que desenvolvia pesquisas em educação e nela Santos atuou como diretor, pesquisador, assumiu funções de técnico, além de ministrar cursos de Metodologia de

Pesquisa Educacional e Sociologia Geral. Desenvolveu nessa instituição pesquisas em educação, tendo como prática a análise antropológico-social, tônica da sua formação, contribuindo significativamente para a configuração do campo educacional catarinense, por meio de suas produções sobre o tema educação, desenvolvimento e planejamento.

Além do trabalho de pesquisas, outras marcas foram deixadas durante a presença de Santos no Cepe. Uma delas foi o início, a partir de maio de 1967, da publicação de resenhas de livros e elaboração de artigos pelos técnicos da citada instituição. Quase todas as obras resenhadas tinham como temas questões relativas à educação, tratadas pelas ciências sociais. Santos pretendia apresentar aos leitores os trabalhos mais recentes no campo da educação e dotar os técnicos do Cepe de um vínculo que lhes permitisse comentar, através do estudo cuidadoso de obras publicadas, como vinham sendo enfocados e equacionados os vários aspectos da problemática educacional brasileira (Mensário Informativo do Cepe, nº 7, 1967, p. 2). Dentre as obras constam pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o que destaca o espírito cosmopolita de sua formação.

Anunciadas as atividades⁵ as quais Santos se dedicou durante sua trajetória no Cepe, reiteramos que este trabalho procura dar visibilidade às ideias de educação, desenvolvimento e planejamento a partir de suas concepções, dentro do projeto de modernização inscrito para a educação no período em questão, inserido em um plano de desenvolvimento mais amplo, o Plano de Metas do Governo (Plameg I/II), implementado nos governos de Celso Ramos (1961/1965) e de Ivo Silveira (1966/1970).

Santos foi o responsável pelo incremento vigoroso de várias pesquisas sobre a educação no Estado, o que conferiu credibilidade e confiabilidade aos seus estudos e escritos sobre a educação catarinense. Priorizamos especificamente obras produzidas durante sua permanência no Cepe, por colocarem o foco no fenômeno educacional. Tais obras são: “*Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina*”, publicada em 1968, e “*Um esquema para a educação em Santa Catarina*” de (1970), oriundas de uma larga experiência e de rigorosa observação da conjuntura educacional catarinense nos anos de 1960, e também alguns artigos publicados nos Boletins do Cepe, periódico publicado pela instituição para divulgação e intercâmbio das produções científicas daquela instituição, início da projeção intelectual de Santos. Evidenciamos como resultados que Santos como um principiante no processo educativo naquele período, por meio de suas produções sobre a educação supriu uma lacuna existente acerca do “olhar” para a educação catarinense de um modo científico.

Um percurso em breves palavras: entre a antropologia e a educação

Sílvio Coelho dos Santos, partícipe dos movimentos realizados por meio da educação para a modernização do Estado na década de 1960⁶, nasceu na cidade de Florianópolis/SC/Brasil, no dia 7 de julho de 1938 e faleceu aos 26 de outubro de 2008, aos 70 anos na mesma cidade. Santos não nos forneceu muitas pistas no aspecto de compreender seu o lugar social de pertencimento, seu mundo social de modo mais abrangente, o que nos remete a focar com mais intensidade em sua trajetória acadêmica, o que temos consciência, indica apenas uma das possíveis interpretações acerca de suas articulações no cenário público catarinense.

Licenciou-se em História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 1960, e desde 1961 foi professor na instituição⁷. Santos acumulou experiências também na educação básica. Era professor no Colégio Catarinense, onde ministrava aulas de História e Geografia

para alunos da 5ª série e teve muitas experiências na educação primária, na qual exerceu as funções de professor, de diretor de grupo escolar e de orientador pedagógico, nos quadros da rede municipal de ensino, em Florianópolis. Logo no início de sua vida acadêmica atuou como colaborador do professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), titular da cadeira de Antropologia, ajudando em suas aulas.

O ensino de Antropologia não só em Santa Catarina, mas em todo o sul do Brasil, teve início com a criação das Faculdades de Filosofia⁸. Em Florianópolis, o médico Oswaldo Rodrigues Cabral assumiu em 1961 a direção da Faculdade de Filosofia, cargo ao qual renunciou em 1963, devido à discordâncias com o corpo docente e servidores⁹. Em 1961, Santos foi convidado para ser auxiliar de ensino pelo médico e professor Cabral, cargo para o qual foi designado em março do mesmo ano e já em fins do ano de 1963, com auxílio de alguns estudantes realizava projetos de pesquisa nas áreas de Etnologia Indígena e Arqueologia, em um espaço reduzido e assoberbado de materiais empíricos coligidos no campo de pesquisa. Juntamente com Cabral e Piazza, propôs ao então Reitor da UFSC, o professor João David Ferreira Lima, a criação do Instituto de Antropologia, instituição fundamental para a produção das pesquisas que desenvolvia naquele contexto. Esse Instituto foi criado em 30 de dezembro de 1965 e inaugurado oficialmente em 29 de maio de 1968, com as presenças do Reitor João David Ferreira Lima, do governador Ivo Silveira (1966/1970), entre outras autoridades educacionais, professores, servidores e alunos. O Instituto ganhou prestígio no Brasil e no exterior, por meio do desenvolvimento de projetos primordialmente nas áreas da arqueologia e da etnologia, da abertura para estagiários, e pela publicação regular dos resultados obtidos.

Devido à reforma universitária ocorrida em 1970, o Instituto não sobreviveu por conta da concentração das atividades de ensino e de pesquisa nos Centros e nos Departamentos, e foi transformado em Museu de Antropologia. Essa mudança de certo modo contribuiu para se resguardar a equipe de pesquisa e se manter certa independência em relação ao Departamento de Sociologia, no qual os professores e pesquisadores foram lotados. Após a citada reforma a Antropologia passou a integrar o Departamento de Sociologia, não sem resistências, considerando que se instaurou a subordinação a este Departamento, o que se constituía num motivo permanente de tensões, que se manifestavam no dia-a-dia nas relações com os colegas professores de Sociologia. Qualquer proposta de desenvolvimento de pesquisas, de participação em eventos, de distribuição de carga horária precisava ser aprovado pelo Departamento de Sociologia. Sob a orientação do intelectual, se efetivaram as estratégias de

ampliar os contatos externos, visando à valorização e ao reconhecimento do grupo. Divulgação sistemática das atividades de pesquisa; a realização de cursos de extensão, proferidos por professores de universidades do país ou do exterior; a dinamização do sistema de estágios para alunos recém graduados, com vistas ao seu encaminhamento para realizarem cursos de pós-graduação; a manutenção da Revista Anais do Museu de Antropologia; e a ampliação dos contatos com universidades estrangeiras (Santos, 2006, p. 43).

Essas ações foram importantes para conquistar espaço, consolidar o grupo e se (re) afirmar a antropologia como matéria de ensino e como campo de pesquisa. Tais articulações contribuíram para que os integrantes do grupo da Antropologia, do qual Santos era o mentor¹⁰, criassem um curso de Especialização em Antropologia em 1972, que culminou com a implantação de um Curso de Especialização em Ciências Sociais

com concentrações em Antropologia e Sociologia no ano de 1976, fruto de uma negociação longa devido às resistências do último. Santos foi designado o primeiro coordenador desse curso. Em 1977 foram iniciados os estudos que objetivavam transformar esse curso em Mestrado, o que se concretizou em dezembro de 1978. O intelectual também foi o primeiro coordenador desse curso e membro do colegiado. Esses movimentos clarearam a questão colocada desde os anos 1970, quais sejam: as áreas de Antropologia e Sociologia deveriam trilhar cada uma sua direção, o que se consolidou em 1987, quando foi criado o Departamento de Antropologia e posteriormente implantado o curso de doutorado em 1998.

A experiência inicial de Santos no Instituto de Antropologia foi fundamental para demarcar sua trajetória, pois o conduziu à realização de seu curso de pós-graduação em Antropologia Cultural e Sociologia Comparada, no ano de 1962, no Museu Nacional da antiga Universidade do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, onde foi orientado pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006). A respeito de sua tese de pós-graduação, quando cumpria o requisito de atividades complementares, Santos escolheu cursar as cadeiras de Sociologia I e II, ministradas pelos professores Florestan Fernandes (1920-1995) e Rui Coelho, respectivamente.

Posteriormente doutorou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1972, sob orientação do professor Egon Schaden (1913-1991), um dos grandes nomes da Antropologia no Brasil e oriundo de São Bonifácio, cidade catarinense. A tese defendida foi publicada com o título “*Índios e brancos no Sul do Brasil – a dramática experiência dos Xokleng*”. Foi ainda nesse período, aluno regular da Faculdade de Direito e o acúmulo de responsabilidades o levou a trancar a matrícula e posteriormente abandonar o curso. Os três, Oswaldo Rodrigues Cabral, Roberto Cardoso de Oliveira e Egon Schaden, como pioneiros da antropologia catarinense, influenciaram os rumos de sua carreira. O primeiro, sem dúvida, deixou marcas que de certo modo forjaram os rumos que ele imprimiu à sua carreira profissional, ou seja, o afastamento dos interesses iniciais pertinentes ao campo educacional e a migração para o campo antropológico.

Seu percurso na antropologia foi fundamental para seu desempenho na década de 1960, no campo educacional, pois concomitante ao trabalho antropológico, o intelectual atuou no Cepe, no período de 1963 a 1970, desenvolvendo pesquisas destinadas a conhecer o sistema de ensino catarinense e objetivando fornecer subsídios para a administração pública implementar políticas para o setor. Seu trabalho “*Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina*”, publicado em 1968, é tese de seu curso de pós-graduação no Museu Nacional e os trabalhos posteriores, “*Um esquema para a educação em Santa Catarina*” de 1970 e os artigos publicados nos Boletins do Cepe, convergem para o mesmo período no qual transitava entre a educação e a antropologia. Foi também responsável pela elaboração do Primeiro Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina, que vigorou entre os anos de 1969 a 1980 e que consideramos sua principal contribuição do aspecto de configurar o campo educacional catarinense.

A participação de intelectuais¹¹ no cenário público na década 1960 nos faz recuar à década de 1930, quando numa disputa por diferentes projetos de Brasil existentes no contexto, esses agentes defendiam, especialmente, a ideia de que, pela reconstrução educacional, se efetivaria a reconstrução social, um debate abortado por Getúlio Vargas ao instaurar o Estado Novo (1937-1945). Toda a articulação de Santos na cena pública catarinense ocorreu em um período no qual as ciências sociais ganhavam notoriedade e tornavam-se basilares para a compreensão da sociedade brasileira considerando a relevância do binômio educação e desenvolvimento, seguindo

os parâmetros da política cepalina, que no período debatia questões do desenvolvimento econômico da América Latina. Blanco nos indica:

[Questões de desenvolvimento] só podiam ser pensadas em relação às características do sistema político, da estrutura social, do sistema de estratificação, da composição de suas elites políticas, econômicas, sociais e intelectuais, da natureza dos sistemas educativos e das taxas de crescimento da população, entre outros fatores (BLANCO, 2007, p. 104).

Argumenta ainda Blanco que “a questão do desenvolvimento se converteu, mais ou menos na metade dos anos 1950, no grande tema das ciências sociais na América Latina” (2007, p. 103) e a Cepal tornou-se, nesse período, o cerne das influências de doutrinas e teorias sobre a temática, do mesmo modo, da concepção de ciência social. Assim a questão do desenvolvimento econômico oportunizou o fortalecimento de temas e programas na sociologia, relacionando expectativas tanto políticas, quanto intelectuais no que é pertinente a um “projeto de modernização da sociedade e de edificação de uma ciência do desenvolvimento e da mudança planejada” (BLANCO, 2007, p. 104).

A abordagem sociológica da educação inspirada em Durkheim fazia-se presente no Brasil desde os anos trinta, com as obras de Fernando de Azevedo, “*Princípios de Sociologia*”, de 1935, e “*Sociologia Educacional*”, de 1940, mas foi nos anos de 1950 que a educação passou a ser alvo de pesquisa e recebeu a atenção dos cientistas sociais. A ampla problematização do fenômeno educacional foi influenciada pelo acelerado processo de crescimento, desenvolvimento e diversificação do sistema produtivo¹² que marcou o período no Brasil, aliada à crescente valorização das ciências sociais como referência para as pesquisas na área. Estas pesquisas, propostas particularmente com o objetivo central de estudar a sociedade brasileira e diagnosticar suas necessidades frente à demanda por educação escolarizada, foram significativamente ampliadas.

As Ciências Sociais deram respaldo e formaram um (ou alguns) dos grupos que disputavam a definição do projeto nacional e do sistema educacional necessário à sua constituição. Essa perspectiva surgiu com os reformadores e pioneiros da década de 1920, e atingiu seu auge na década de 1950. De acordo ainda com as análises de Blanco:

As ciências sociais haviam se autonomizado no sistema de educação superior, a partir do estabelecimento de carreiras e cursos de sociologia (de graduação e pós-graduação), e, com isso, uma nova classe de produtores intelectuais, a dos cientistas sociais, detentores de competência intelectual e técnica exclusiva, depositários de formação acadêmica inovadora e auto-representados como uma elite intelectual moderna, ingressava na vida pública e intelectual das sociedades da América Latina (BLANCO, 2007, p.89).

Gouveia (1989) aponta a forte presença, tanto dos conceitos, quanto dos métodos das ciências sociais aplicadas à educação no período: enquanto o País crescia, as universidades brasileiras forjavam uma geração de intelectuais que buscavam novas interpretações para seu desenvolvimento histórico. Neste ambiente, tornou-se marcante a presença das ciências sociais na academia brasileira, ao mesmo tempo em que crescia sua associação aos estudos sobre educação. Estudos realizados sobre a temática como, por exemplo, os desenvolvidos por Freitas (2001) consideram que o período dos anos 1920 e 1930, foram o primeiro momento de reconhecimento dos intelectuais da educação no Brasil, quando dominam as discussões sobre o papel da educação no projeto nacional de desenvolvimento.

Já na década de 1950, os recursos teórico-metodológicos da sociologia e da antropologia, foram utilizados nas instituições criadas por Anísio Teixeira para desenvolver pesquisas em educação no Brasil e segundo Gouveia (1989), prevaleceram as pesquisas sociodemográficas, que tendiam a estabelecer relações entre, por exemplo, a origem familiar, repetência e evasão, entre outras. A consolidação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) introduziu um novo padrão de sociologia instaurado com o uso de metodologias tais como os estudos de caso e a observação participante, dentre outras técnicas empregadas pelas ciências sociais. Xavier (1999) indica que se ampliaram as temáticas com os estudos de comunidade, assimilação, aculturação e mobilidade social a partir de uma matriz considerada mais moderna e científica.

Para Forquin (1995) as mudanças conceituais que ocorriam nos anos 1950 e 1960 foram apontadas como influências culturalistas para explicar as desigualdades educacionais; contudo em sua análise tais mudanças ainda eram pouco fundamentadas e teorizadas. O conceito antropológico de cultura e sua aplicação entraram, então, em cena, passando a educação a ser concebida como um processo de assimilação e socialização. Sobre tal questão Emílio Willens (1945), em um artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, esclareceu que o conceito poderia substituir a concepção biológica da vida coletiva como organismo social, até então predominante nos meios intelectuais brasileiros.

Ganha visibilidade na década de 1950, a análise da dimensão econômica da educação, que “atribuía à educação escolar a tarefa de formar as habilidades requeridas pelo mundo moderno, difundir os avanços tecnológicos e o progresso material e preparar os sujeitos para a vida democrática” (XAVIER, 1999, p. 76). Responsabilizava-se educação pelo preparo técnico, isto é, para o exercício de atividades eminentemente industriais, bem como pela divulgação das atitudes pertinentes a uma sociedade modernizada, como preconizava a teoria do capital humano desenvolvida por Schultz (1963). Assim, em um período de grande interesse pela modernização do País, além da política desenvolvimentista apregoada por influência de ideias de organismos internacionais, a educação passou a ser objeto de discussão de diversos intelectuais brasileiros.

No Estado de Santa Catarina, a política de desenvolvimento de pesquisas em educação só ocorreu no início dos anos 1960, com a ascensão de Celso Ramos ao governo do estado, quando ele ao implantar o Plameg (I/II) estabeleceu os meios que permitiram a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cepe), instituição na qual Sílvio Coelho dos Santos se articulou, a partir do contexto das ciências sociais acima explicitados, contribuindo para a configuração do campo educacional catarinense desenvolvendo ideias sobre educação, desenvolvimento e planejamento.

Ideias de educação: atadas à ideia de desenvolvimento e planejamento

A aproximação e a preocupação mais permanente de Sílvio Coelho dos Santos com o campo educacional e suas questões, se deram de modo mais fundante a partir de 1963. Nesse ano por meio de um convite feito pelo então Secretário de Educação e Cultura, o Professor Elpídio Barbosa, Santos passou a integrar o grupo que estudava a implantação do Cepe. Sua designação logo em seguida, para organizar a equipe responsável pelo Serviço de levantamentos, Pesquisas e Inquéritos, foi outro fator decisivo dessa aproximação.

Santos acreditava que para compreender as situações educacionais no Estado seria substancial analisar de maneira profunda e complexa o sistema educativo¹³ em

vigor naquele contexto, o que permitiria compreender a organização da sociedade catarinense e a partir daí não fazer previsões, mas apontar tendências. Algumas experiências de pesquisa por ele vivenciadas já no ano de 1964 indicavam que a educação catarinense era um campo de disputas políticas e que havia conexões diretas, íntimas entre as atividades educacionais e os mecanismos político-partidários em vigor¹⁴, que interferiam, inclusive na nomeação de professores. Considerava ele que, para entender a educação era necessário ter uma visão do que era a política em Santa Catarina no contexto da década de 1960.

Por se encontrar o Brasil e o Estado de Santa Catarina num quadro socioeconômico e cultural reservado aos territórios subdesenvolvidos¹⁵, para Santos justificava-se o empreendimento de Celso Ramos, de realizar o Plameg (I/II), destinado a elevar o nível socioeconômico e cultural da população. Em contrapartida, o sistema de ensino não estava formulado de modo a atender às expectativas desenvolvimentistas dos administradores estaduais e não era possível refletir acerca da situação educacional em Santa Catarina, sem remeter a termos globais, ou seja, colocar a educação no cerne da complexidade estadual implicava integrá-la à totalidade nacional e até internacional.

O Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, encontrava-se em situação de amplo desenvolvimento planejado, preconizado pelo Plano de Metas do Governo, levado a efeito por Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) com o intuito de fazer avançar o País “50 anos de desenvolvimento em cinco de governo”. No que é pertinente à educação no período Anísio Teixeira durante sua gestão, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) foi o grande incentivador da valorização e da criação de instituições voltadas à prática da pesquisa em educação.

Esse movimento, no Brasil, tem como marca a proposta de criação de um Centro de Altos Estudos, que culminou na criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), suas instituições congêneres em vários estados brasileiros. Tais instituições foram fruto de seu projeto de reformar a educação brasileira tendo como fundamento a educação escolar e a reflexão filosófica balizada pela idéia de progresso científico, que por sua vez proporcionaria o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Esse desenvolvimento criaria condições objetivas para a mudança social na qualidade de vida e a concretização pela industrialização de uma nova organização social, sustentada pelo tripé progresso, revolução industrial e tecnológica e revolução democrática (BARREIRA, 2001).

A criação dessas instituições de pesquisa voltadas à problemática educacional estava ligada a um movimento mais amplo que reflete as expectativas de reconstrução nacional e o consenso em torno da redemocratização do país, de perspectivas de desenvolvimento econômico, de combates à pobreza por meio de programas internacionais, de crescimento da população e de expansão e adensamento das cidades.

Havia interesse por parte da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco) em implantar na América Latina um “centro de altos estudos e de preparação de educadores rurais e de especialistas em educação de base” (Xavier, 1999, p. 89), que tornaria possível desenvolver diversos projetos com base em pesquisas fundamentadas nas ciências sociais. A articulação de Anísio Teixeira nesse momento foi crucial para a produção de um *survey*¹⁶ sobre a educação no país. Esse intelectual requereu a colaboração da Unesco e propôs a instalação de um Centro de Altos Estudos Educacionais, versão embrionária do que veio a se constituir posteriormente o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Lugli, pesquisadora da temática, considera que a criação do CBPE, imbricada à criação dos CRPEs constituíram “um sistema de pesquisa na área de educação que serviria como ponto de partida para um

projeto de mudança educacional idealizado por Anísio Teixeira e por técnicos educacionais da Unesco, no início da década de 50” (2002, p. 20).

Entre meados de 1955 a 1965, intelectuais brasileiros e estrangeiros eram movidos pelo desejo de “dar um novo estatuto à pesquisa educacional” (Freitas, 2001, p. 10) e para tanto empreenderam “a tarefa de conhecer a realidade brasileira, tarefa permanentemente inconclusa” (idem). Nesse contexto, em especial, tal tarefa era atribuída às pesquisas em educação realizadas pelo CBPE e pelos CRPEs. Todo o empenho de intelectuais brasileiros e especialistas internacionais demandava enfrentar a questão de uma nova estrutura de investigação no organograma e no orçamento do Inep, o que foi contornado com um “mecanismo de assistência financeira e técnica aos sistemas estaduais de ensino, como forma de mobilizar rapidamente os recursos necessários” (Lugli, 2002, p. 22). Certamente o CBPE, que estava sediado no Estado do Rio de Janeiro e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), que se localizavam em cidades estratégicas do Brasil (Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife) foram decisórias

No processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil que, a partir dos anos 50, passam por refundações teóricas e temáticas. Pode-se atribuir aos mesmos eventos a colaboração decisiva para a aproximação intensa que ocorreu entre sociólogos, antropólogos e educadores (FREITAS, 2001, p. 34).

O CBPE foi fundado em 28 de dezembro de 1955, por decreto do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, como citado anteriormente, sob os auspícios de Anísio Teixeira na direção do Inep. Estes órgãos, por sua vez, estavam ligados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). O CBPE foi organizado em divisões, entre as quais se cita a Divisão de Estudos de Pesquisas Educacionais (DEPE) e a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS). A criação do CBPE contribuiu para a desburocratização do Inep, devido à flexibilidade para contratação dos quadros de serviço, devido ao vínculo com os organismos internacionais e também à liberdade de formação dos grupos de pesquisa fundamentados no mérito profissional, não se vinculando a relações de clientelismos, parentescos ou funcionais.

A concretização dos centros de pesquisas resultou de intenso debate entre intelectuais brasileiros, estrangeiros e técnicos da Unesco, que defendiam o uso de pesquisas científicas para a elaboração das políticas de ensino, bem como o caráter interdisciplinar dos trabalhos a serem desenvolvidos, com a integração de pesquisas sociais e em educação (LUGLI, 2002). A criação desse órgão nacional para desenvolvimento da pesquisa tornou-se possível devido à influência de organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) sediada no Chile e fundada em 1948, o Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLAPCS), criado em 1950, com sede no Rio de Janeiro, bem como a Unesco. Essas agências fomentaram a criação do CBPE e CRPEs, órgãos que no Brasil objetivavam desenvolver a pesquisa social e a formação de professores e pesquisadores. Para Freitas a criação dessas instituições, além de propiciar trocas entre intelectuais brasileiros e estrangeiros, permitiu também encaminhar

A produção do surveys sobre o Brasil como um todo e sobre sua educação em particular. [...] Efetivamente ao redor de Anísio Teixeira nasciam as mais importantes instituições de inteligência não-universitárias que o Brasil possui ao longo de século XX. Em todos esses momentos a preocupação com a diversidade cultural brasileira

tornou-se constante. A partir dessa inquietação coletiva, o tema da multiplicidade tornou-se um renovado desafio teórico e investigativo. As diferenças entre as realidades locais, regionais e nacionais tornavam-se novamente objeto das ciências sociais que se associavam então à educação. Associadas ambas as frentes de investigação lançam mão de um novo empirismo (FREITAS, 2000, p. 51).

Com o afastamento de Anísio Teixeira da cena pública, na segunda metade da década de 1960, pairou sobre o Inep o espectro da absorção destas instituições pelo Ministério do Planejamento, devido a uma nova organização administrativa, o que inevitavelmente traria como conseqüências o encerramento das atividades até então realizadas pelo CBPE e pelos CRPEs nos cinco Estados em que foram criados. Inicia-se a partir de então o desmonte dos Centros Brasileiro e Regionais de Pesquisas Educacionais, seja, por sua extinção, seja por sua absorção por outras organizações do aparato governamental. Esse processo iniciado no ano de 1968 perdurou até 1973. Lugi constata que

Nos anos seguintes essa luta vai se resolver de forma a adequar o INEP aos novos tempos e isso significa o fim dos Centros Regionais e de muitas outras iniciativas de aperfeiçoamento e formação de professores em serviço, tornando o INEP uma instância de coordenação da pesquisa educacional no país, a ser realizada primordialmente nas Universidades, que para então organizavam seus cursos de pós-graduação (LUGLI, 2002. p.37).

Assim, encerra-se um ciclo de efervescência e agregamento nas instituições de pesquisa em educação de antropólogos, sociólogos e educadores, em torno de um interesse de pesquisa comum: a educação.

No Estado de Santa Catarina o intelectual Santos em diversos momentos referencia a necessidade da criação de um conjunto de instituições capazes de sustentar o plano de desenvolvimento proposto para Santa Catarina. Nessa direção o governo de Celso Ramos para influir no desenvolvimento inicia a estruturação do aparato institucional que permitiria ao Estado modernizar-se, por meio do Plameg (I/II). Para apoiar logisticamente foram criadas duas instituições financeiras: o Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), atual Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), e o Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE). Essas instituições davam “condições creditícias ao processo de industrialização do estado” (Aguiar, 2006, p. 55). O primeiro constituía-se na espinha dorsal do PLAMEG I, bem como ainda hoje é referência de crescimento no Estado. Para tanto essa instituição se desviou de seu propósito inicial que era fundamentalmente social, apoiando a iniciativa privada. Segundo Aguiar, afirma que essa “instituição financeira foi utilizada para fortalecer o poder da oligarquia Ramos e enfraquecer seus maiores adversários – a oligarquia Konder-Bornhausen, que por meio do Banco INCO controlava o poder econômico no Estado” (2006, p.56).

De todo corpo de instituições criadas para configurar o campo educacional, em destacamos o Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1961, com a “expectativa de vir a ser, em nível estadual, o órgão propulsor de mudanças educacionais consideradas indispensáveis à concretização do projeto de desenvolvimento econômico” (Valle, 1996, p. 73). A instituição de referência no campo educacional foi a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1965. Sobre a criação da UDESC, Celso Ramos assevera que se tratava de uma plataforma adotada desde que se constituiu candidato em 1959, na qual a educação figurava como primeiro item. Para Ramos, essa primazia da educação redundava em compromisso de

criação da universidade estadual, que se materializou com a UDESC. Num misto de criação de instituições financeiras e educacionais pretendia o poder público estadual dinamizar o processo de modernização do Estado. Dizia Ramos que da criação dessa instituição dependia “o conjunto das obras que se enfeixam em nosso programa [...], para boa e adequada educação de homens capazes, de sólida formação. Na universidade formaremos esses homens” (RAMOS apud UDESC, 1990, P. 10). A universidade era colocada naquele contexto, como o *locus* de formação de mentes científicas, capazes de promover a modernização do Estado pelo caminho da racionalidade.

A UDESC ficou marcada naquele contexto como o instrumento em potencial para a formação de homens capazes de dinamizar o processo de modernização implantado no Estado e “foi proclamada como uma importante instituição educacional voltada para a difusão da ideologia desenvolvimentista e para a formação de uma elite condutora e catalisadora do desenvolvimento econômico e social do estado” (Aguiar, 2006, p. 59). Para Celso Ramos, somente a universidade poderia “entregar, nas quantidades necessárias e na qualidade exigida, os cérebros” que seriam os dinamizadores dos serviços que seriam implantados no Estado. (RAMOS apud UDESC, 1990, p. 8-9), ou seja, que teriam a responsabilidade de implantar um processo de desenvolvimentismo em Santa Catarina. A UDESC foi pensada a partir de uma perspectiva global para o desenvolvimento de Santa Catarina e não afastou a intelectualidade estadual da experiência de modernização. Além disso, contou com auxílio de intelectuais de projeção nacional e estrangeiros que arrebanhou para orientar seu projeto de modernização pelo fio da tessitura chamado Educação. Essa colaboração teve início com o apoio dado aos Estados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) à criação de centros de pesquisas, pelo envolvimento de peritos da Unesco (Jacques Torfes e Michel Debrun) na elaboração do Plano Estadual de Educação, entre outras questões.

Essa universidade, como integrante de um projeto setorial para a educação, fazia parte de um projeto amplo de modernização do Estado na perspectiva de atender a meta proposta no PLAMEG I para atender o homem. Uma instituição que aparece como capaz de produzir, de levar ao ápice uma condição animadora ao Estado “capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens” (MENDONÇA, 2002, p. 23). Nessa direção Celso Ramos encaminha um discurso proferido em uma festa de professores realizada no Vale do Itajaí em 1963, quando diz que

Antes mesmo de vestir a roupagem de candidato a Governador, [...] já percorria o Estado, buscando através do Seminário Sócio Econômico, aqueles elementos que viriam a servir de base para um programa educacional que impressiona e engrandece a nossa terra (RAMOS, 1963, fl 20).

Considerando-se a criação das universidades e dos cursos de pedagogia no Brasil esta instituição assume caráter extremamente particular no sentido de sua criação pensada a partir da criação de um curso em particular, o Curso de Pedagogia, que foi uma das últimas áreas das ciências humanas a se tornar científica, ou seja, a efetivamente desenvolver pesquisas. E também a partir da implantação de uma instituição *sui generis* para desenvolver pesquisas em educação no Estado, o Cepe. Assim, num centro de pesquisa criado com o propósito de estudar as questões que envolviam a educação, a figura que vai criar, que vai produzir esse conhecimento científico sobre a educação foi o intelectual Sílvio Coelho dos Santos, que se preocupou com a educação, mas que sobretudo, estava envolvido com a antropologia e suas metodologias para compreender o fenômeno educacional.

Também em Santa Catarina a educação valeu-se das ciências sociais e de suas metodologias para efetuar suas produções, lançando mão de pesquisas de campo, da observação etnográfica e etnológica. Buscava-se estabelecer um mapeamento do conhecimento cultural e do conhecimento educacional, relacionando-os. As pesquisas perpassavam a comunidade e a escola, esta considerada como um ‘objeto’ para o qual deveriam incidir os olhares. Assim foi levantado também durante a presença do intelectual Sílvio Coelho dos Santos, um *survey* sobre a condição do processo educacional no Estado, por meio das pesquisas desenvolvidas no Cepe, entre os anos de 1966 até 1970. Uma das contribuições de Santos para tornar conhecidos os métodos das ciências sociais foi a ministração de um curso denominado “Curso sobre Técnicas em Pesquisas Educacionais”, num total de dez aulas, destinado a vinte alunos do Curso de Pedagogia, que deveriam colaborar na realização de pesquisas como entrevistadores. Nas análises de Aguiar o governo catarinense

Através das pesquisas [...] buscou uma forma de legitimar as reformas que propunha [...], na medida em que afirmava pautar suas decisões em diagnósticos científicos, em argumentações incontestáveis porque cientificamente comprovadas. O saber se colocava, assim, a serviço do poder e do controle social (AGUIAR, 2006, p. 245).

As ações governamentais implementadas pelo governo de Celso Ramos, sob a perspectiva de Santos, foram indispensáveis para consolidar a estrutura sob a qual posteriormente buscou-se modernizar e desenvolver o Estado. O PLAMEG II (efetuado no mandato de Ivo Silveira 1966/1970) orientou-se especialmente para as ações que visavam atender o homem e o meio. Isso foi feito, principalmente pelo caminho oblíquo da educação. Os estudos, pesquisas, seminários e Colóquio realizados por Santos enquanto diretor do Cepe foram

Realizados com o objetivo de se equacionar problemas e se encontrar soluções. Novas vagas foram criadas nos níveis de ensino primário e médio. Criou-se a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Estabeleceu-se uma reforma da legislação do ensino, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mecanismos para a distribuição de bolsas escolares, para a formulação de convênios com estabelecimentos particulares de ensino, para o aperfeiçoamento de professores, etc. (Santos, 1968, p.17).

Esses esforços indicavam ainda maior necessidade de diagnóstico, devido à complexidade que a realidade apresentava. Ter consciência dos problemas educacionais existentes e experiências pessoais sobre fatos ocorridos de modo intermitente, isolado, não mitiga o fato de que as mesmas pessoas não possuam um quadro referencial razoável e lúcido para enquadrar as distintas situações no sentido de ter uma perspectiva global das problemáticas da educação e de uma análise sistemática acerca dela. Em suas análises, Santos considera a relação entre educação e desenvolvimento tensa. Para ele este era o fulcro de toda uma problemática educacional no contexto da década de 1960 em Santa Catarina, pela necessidade de ajustar de modo possível, este segmento social às expectativas de progresso demarcadas pelo projeto de Celso Ramos/Ivo Silveira.

Contudo Santos ponderava que era “fato que a educação não promoveria o desenvolvimento” (1968, p. 18), mas que tinha funções específicas desde o momento no qual o processo de desenvolvimento fosse provocado. Muito mais profundo seria exatamente o ajustamento entre a educação e as propostas desenvolvimentistas, sem as quais se inviabilizaria tanto as questões educacionais quanto as do desenvolvimento.

Admitia ainda, que dentro desse movimento, mais restrito ao Estado catarinense, havia interesses de toda ordem, e que esse movimento em direção ao desenvolvimento precisava ser dialogado também com o Poder Central, o que implicava interesses de toda a Nação. Isso fatalmente repercutiria no complexo educacional catarinense, que desse modo estaria regido por padrões internos e externos, nesse caso, inclusive o compromisso de corresponder as metas estabelecidas por organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Esses fatores na perspectiva do intelectual não ofereciam as condições para que o sistema de ensino catarinense suportasse

O seguimento dos planos de desenvolvimento econômico e social implantados pelo Estado. É que a educação oferecida pelo sistema tradicional, seletiva e destinada a dar aos jovens educandos uma visão do mundo incoerente com os objetivos da sociedade dinâmica, complexa e democrática que aos poucos vai se instalando no Estado e no País. Dessa maneira a educação oferecida é mais um obstáculo do que uma agência promotora de mudanças (1968, p.21).

Era imprescindível que o sistema educacional sofresse uma reforma urgente, que deveria ser iniciada pela Secretaria de Educação, reforma já protelada no projeto mais amplo quando o PLAMEG I foi instalado em 1961. Ao invés de reformar a máquina administrativa, foi criado o Gabinete do Planejamento, uma Autarquia, pretensamente despolitizada, destinada a cumprir a programação estabelecida pelo plano, visto que os antigos órgãos da administração estadual estavam condicionados aos tradicionalismos, fixados na política da clientela e impotentes quanto à realização de ações sistemáticas e coerentes. Assim não houve ruptura com o modo de administrar anterior.

Para atender a relação entre educação e desenvolvimento, era preciso que a educação oportunizasse à população a participação efetiva naquele contexto histórico modernizador proposto pelo plano de modernização econômico e social para o Estado, pautado na industrialização e no capitalismo, que se afirmava em oposição a contextos e estruturas tradicionais. No caso catarinense o sistema econômico e social em grande medida ainda era agrário e rural.

A educação para Santos precisa ser analisada sempre numa perspectiva global, por agregar distintos aspectos sociais mas também porque estava ligada ao Poder Central, cujas decisões repercutiam nos movimentos do Estado. Assim pensando não se detinha na abordagem de qualquer nível de ensino de modo *sui generis*. A responsabilidade com a mudança social em sua perspectiva cabia a todos, em especial “a todos os membros privilegiados da sociedade” (1968, p.21), condição na qual se colocava. Também defendia que a transição e os destinos sociais dependeriam das decisões tomadas a partir da utilização “dos instrumentos que a ciência nos oferece” (1968, p.21).

Evidenciou-se para o intelectual que a educação era basilar para alavancar o processo de modernização, e concomitantemente que era um setor extremamente frágil no Estado. Para ele, a partir dessa percepção “não foi mais possível deixar de refletir sobre a situação do sistema de ensino em vigor no Estado em termos globais, ou seja, colocando a educação frente a todo o complexo estadual e considerando este como integrado a uma totalidade maior, a Nação” (Santos, 1968, p. 15).

As dificuldades que envolviam a educação eram conhecidas por meio de experiências e vivências pontuais, o que impedia sua ordenação e sistematização. Essas questões isoladas não admitiam uma visão global dos problemas que perpassavam o setor educacional. Deste modo as medidas tomadas pelos administradores da educação

eram sempre face à sua visão de mundo sobre a mesma, solucionando problemas momentâneos e isolados. Era urgente, segundo Santos, elaborar um plano integral para o ensino catarinense. Quando fala de “plano integral” Santos refere-se especificamente à prática da técnica social do planejamento de modo amplo, e do planejamento educacional, de maneira mais específica. Avançamos em nossos argumentos tecendo alguns pensamentos a esse respeito.

A ideia de planificação estava ligada ao sucesso dos planos de desenvolvimento, contudo todas as variáveis que fundamentavam os programas de desenvolvimento precisavam ser incluídas, o que impediu, no caso catarinense, que toda a programação global estabelecida fosse cumprida, e assim, a segurança e certeza substituísse o acaso e fortuito.

Santos faz a crítica de que “os itens estabelecidos no planejamento quanto à ação do Governo sobre o desenvolvimento do sistema educacional também ficaram restritos apenas ao setor quantitativo, especialmente no que se refere à expansão da rede escolar de ensino primário e médio” (1968, p.55). Dentre os programas que não foram cumpridos à risca figura os reservados à modernização da educação, às melhorias das condições do sistema de ensino e do professorado catarinense.

Para que um planejamento, uma intervenção racional se efetivasse, ele percebia que era necessário “uma verdadeira mudança nos padrões tradicionais de administração pública, pois que estes” achavam-se “inteiramente viciados por uma máquina político-eleitoral, à qual não interessam mudanças que coloquem em risco sua existência”. (SANTOS, 1968, p.57). A reforma administrativa para ele era central na validação de qualquer plano, no entanto, não foi efetivada no Estado catarinense.

Na sua opinião era preciso “a criação de um espírito de planificação ou, ainda, uma ideologia do planejamento, a fim de conscientizar o povo de sua real situação e, através desse processo, se obter o apoio necessário às mudanças que a execução do planejamento terá de promover” (SANTOS, 1968, p.57). Era premente de acordo com o pensamento do intelectual, planejar a educação e efetuar a reforma do sistema de ensino, questões sobre as quais encaminhamos nossa reflexão.

Educação era então uma questão de planejamento. Planejar a educação encerrava questões complexas e, portanto, era preciso que ciências sociológicas, econômicas, estatísticas e pedagógicas atuassem em mútua contribuição e sem que houvesse vulgarização do que era ‘planejar educação’. No seu entender, era preciso uma tomada de consciência pelo Estado de que não mais se podia agir no campo educacional ao ‘sabor dos ventos’ e das circunstâncias. O planejamento constituía-se uma parte de todo o processo social catarinense, e não uma plataforma eleitoreira.

Defendia ele que a organização e o desenvolvimento do processo educacional deveriam atender de maneira coerente

A uma concepção da forma de relacionamento desse processo com os demais processos sociais. (...) o referido tema popularizou-se sobretudo porque o uso da expressão – planejamento – passou a ser importante do ponto de vista político, ou melhor, eleitoral. Planejamento passou a ser *slogan*, como sinônimo de eficiência (SANTOS, 1970, p. 32).

Avançando em sua crítica ele completa:

Não haveria nisso tudo mal maior se, ao lado desse modismo de planificação, não estivesse ocorrendo uma lamentável desconsideração pelos mais importantes problemas educacionais. É

preciso que se entenda que a tarefa do planejamento envolve, preliminarmente, opções filosóficas com conseqüências políticas, sociais e econômicas. E aqui está o cerne da questão (Santos, 1970, p. 32).

Por meio dessa crítica aos administradores da educação, transparece o quanto era importante o planejamento se inserir num plano global, formando com outros setores um tecido, do qual a educação constituía-se somente num fio. Se questões fundantes, como os princípios que devem reger a educação que se elegeu em determinada sociedade, fossem relegados, planejar seria como edificar sobre a areia. Para Santos, se a técnica de planejar o ensino fosse cumprida, efetivamente Santa Catarina estaria principiando no entendimento da educação como um investimento, tônica da discussão teórica presente naquele contexto. Marcílio Dias dos Santos¹⁷ assinala que a atuação pioneira de Sílvio Coelho dos Santos no Cepe

Prende-se, [...] ao fato de ter cumprido as primeiras etapas usuais do planejamento – levantamento de informação básica e sua interpretação com vistas ao diagnóstico – no momento em que se iniciava no Brasil e, em seguida, no Estado, o planejamento educacional integrado numa política de planificação socioeconômica global (Boletim do CEPE, nº 26, p. 3).

Assim percebe-se que um planejamento vai muito além de traçar algumas diretrizes num papel visando lograr determinados objetivos e/ou programar recursos disponíveis que são colocados à disposição dos administradores por dispositivos constitucionais. Por outro lado, o controle dos dispositivos constitucionais sobre os fundos concedidos pode ser um estímulo para que a prática se consolide. É inegável que o planejamento se consolida quando os administradores se afastam do empiricismo e da familiaridade com aquilo que é público. O intelectual se explicita desse modo:

Sabemos que no país o empiricismo dos administradores é o maior obstáculo ao estabelecimento de uma mecânica administrativa coerente, capaz de efetivar a consecução de objetivos definidos. Entretanto, a partir do momento em que no Estado e no país os administradores e políticos intentam programar o desenvolvimento econômico e social, não há como entender a permanência dos velhos padrões administrativos, onde a **experiência** ou a **familiaridade** do administrador com certas parcelas da realidade formam as diretrizes sobre as quais repousam todas as suas decisões. Assim, quando há substituição de um administrador por outro, altera-se todo o esquema de orientação porque o novo administrador tem, em regra, outra **familiaridade**¹⁸ (1968, p.18).

Ao se laborar com a questão educacional, o empiricismo e a familiaridade são prejudiciais, impensáveis numa sociedade que se pretende modernizada. A laicização por meio dos fundamentos, das metodologias e das práticas científicas são essenciais. Para Santos as familiaridades emperram as resoluções das próprias razões de ser da educação como, por exemplo, carência de pessoal docente de nível primário, clientelismo político, hábitos de improvisação, evasão, repetência, currículos, articulação dos diferentes níveis de ensino, verbas destinadas à educação dentre outros, que exigem o afastamento da rotina cotidiana para se “obter uma visão global sobre a operacionalidade do sistema em que atuam” (1986, p.19).

Santos critica ainda a não concretização de um planejamento global da educação no Brasil, por conta da ausência de instrumentos adequados (técnica, mecanismos legais e burocráticos) e inspirado no teórico do planejamento Karl Mannheim (1962), reconhece a ambivalência do processo no país, ainda que haja boas intenções. Outro fator apontado por Santos é a transição social, que oscila entre o desencanto liberal em intervir nos processos humanos e a “paixão da experiência que marca a idade social desejosa de explorar as novas possibilidades da natureza humana” (MANNHEIM, p. 249).

Ainda que pese tais condições, no pensamento de Santos o planejamento constituía-se na única maneira de harmonizar as expectativas de desenvolvimento econômico e social, em áreas consideradas subdesenvolvidas como o Estado de Santa Catarina naquele contexto. Ele confiava que era necessário ocorrer a decisão dos grupos de instalar as bases políticas favoráveis à opção de planejar, educar e desenvolver para modernizar. Assim lança mão da figura de linguagem num emprego repetitivo da conjunção, reiterando a necessidade de mudanças especialmente nos modos de administrar a máquina pública. Coloca ele:

Enquanto não ocorrer essa decisão, enquanto se continuar a desenvolver ao lado do sistema educacional um processo político tradicionalista, enquanto se desejar manter uma educação seletiva, evidentemente não haverá condições para institucionalizar os mecanismos que estamos a sugerir. Tampouco haverá possibilidades de se ajustar a educação ao processo de desenvolvimento que se propugnou instalar (1968, p.115).

Pensar um plano para a educação dentro de um projeto mais amplo de modernização e desenvolvimento implica pensar a educação para além de seu aspecto socializador, ou mecanismo de integração dos indivíduos numa sociedade acabada, pronta e estática. Importa sim, garantir ao homem uma participação ativa e plena na sociedade, independente de qual seja seu meio sócio-cultural ou situação econômica.

Assim refletindo concentrou esforços para colaborar com a esquematização da educação em Santa Catarina, na busca de contribuir efetivamente para a construção de políticas educacionais mais seguras por meio do cumprimento de seu feito maior: elaborar o Plano Estadual de Educação. Santos recorda que:

O Ministério da Educação tinha um acordo com a UNESCO que permitia que uma missão prestasse assistência educacional ao governo federal e aos estados. Eu me recordo disso, pois eu trabalhava no Centro de Pesquisas Educacionais, da Faculdade de Educação (UDESC), e tive oportunidade de participar de vários seminários e colóquios regionais, em que ficou evidente a necessidade de formular um plano estadual de educação. Os técnicos da UNESCO (dois belgas e um francês) participavam dessas reuniões, e influenciaram diretamente a elaboração da política educacional. A contribuição desses técnicos foi muito importante, pois resultou no I Plano Estadual de Educação, implantado em 1969, ainda no governo de Ivo Silveira (1966-71). Eu participei intensamente de sua formulação (Revista de Ciências Humanas, 2006, p. 28).

Dada a importância da realização do Plano Estadual de Educação para a renovação da educação catarinense, essa foi uma das frentes na qual o intelectual combateu. Em 1965, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob a égide de os Estados não receberem os recursos federais para aplicar na educação, tentou levá-los a

organizar, a planificar seus sistemas de ensino. Santos compôs o Grupo de Trabalho instituído para “traçar linhas mestras que” serviram “de roteiro para a elaboração do Plano” (Mensário Informativo do Cepe, nº 16, 1968, p. 4), juntamente com o apoio de uma equipe de consultores, colaboradores e alguns técnicos. O intelectual

No exercício de suas funções, participou ativamente de todos os estudos, seminários ligados à elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), além de ter dirigido várias pesquisas essenciais à fundamentação do Plano. Integrou o grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto do PEE e por ato governamental foi designado membro da Comissão de Implantação do PEE como representante da UDESC (1970, p. 3).

As expectativas em torno da elaboração do Plano é que refletisse uma nova política educacional no Estado, corrigindo distorções administrativas, técnico-pedagógicas, por meio de estudos realizados pela Comissão Superior de Estudos por Santos liderada. Essa comissão experiente na prática da pesquisa “elaborou e publicou um trabalho com o título ‘Subsídios ao plano quinquenal de educação do Estado de Santa Catarina – 1966/70’” (1970, p. 17).

O intelectual esclarece que os técnicos do Cepe, procuraram uma metodologia para realizar de maneira prática o anteprojeto encaminhado ao Conselho Estadual de Educação (CEE), e fundamentaram duas premissas para o desenvolvimento da programação proposta no anteprojeto. Eram elas:

- A) o controle, a avaliação e retificação anual do plano pelo Conselho Estadual de Educação. Para o cumprimento disto, o Conselho Estadual de Educação designaria uma comissão permanente que, assessorada por técnicos de alto nível, se encarregaria dos levantamentos, estudos e projeções necessárias à execução do plano e à elaboração dos planos anuais subsidiários;
- B) os órgãos vinculados à Educação de Estado deveriam racionalizar suas tarefas burocráticas e permitir o emergimento de uma política Educacional embasada no diálogo e na cooperação (Santos, 1970, p. 40).

Buscava-se assim os meios de execução e de aprimoramento não só técnico mas também prático do plano. A questão educacional em Santa Catarina era considerada justamente pelo acaso e por inspirações particulares segundo as diretivas e as concepções de educação de quem se encontrasse à frente das instituições educacionais. De uma forma turbulenta e paliativa, com injeção de recursos não planejados, que não supriam as reais necessidades do processo em vigor e que geravam um desperdício, onerando ainda mais a máquina pública. O plano para ele no aspecto referente ao ensino primário deveria fundamentalmente:

- A) adequar os currículos à realidade;
- B) redistribuir as unidades escolares, prevendo a eliminação progressiva das escolas isoladas (devido ao baixo rendimento dessas unidades);
- C) reformular os cursos de formação de professores, visando adequar a formação dos novos mestres e, simultaneamente, criar ambientes necessários à programação de “reciclagem” para os professores em exercício (1970, p. 21).

Atreladas a essas exigências se fazia mister institucionalizar uma filosofia da educação fundada nas expectativas de progresso econômico e social defendidas pelo Estado, desburocratizar a máquina administrativa da educação, eliminar a influência política do sistema educacional, implantar classes preparatórias ao primário, a fim de diminuir os altos índices de reprovação ocorridos na 1ª série, não se dedicar a resoluções de problemas do presente, não se limitar à educação primária estendendo-se ao ensino médio do 1º ciclo que deveria ser unificado (SANTOS, 1970).

Dentre as principais medidas a serem tomadas quanto ao ensino médio de 1º ciclo Santos defendia:

- A) a implantação gradativa de ginásios polivalentes em substituição aos vários tipos de ginásios (secundário, normal, agrícola, industrial e comercial) em atuação;
- B) a formação em regime universitário de dois anos do professor polivalente;
- C) a adequação dos currículos às realidades regionais;
- D) a implantação de ginásios menores (dois anos) nas localidades que não tenham condições para possuir o ginásio completo;
- E) a supressão dos convênios com estabelecimentos particulares de ensino;
- F) fixação de programa que oriente a criação e a construção de novos estabelecimentos, dando-se prioridade àqueles que se localizam em áreas que sejam pontos de convergência das populações vizinhas. (1970, p. 22-23).

Considerava que essas decisões eram fundamentais para “se romper com o desequilíbrio existente entre o sistema de ensino e o processo de desenvolvimento econômico do Estado” (1970, p. 23). Tempos mais tarde, Santos admite que as ações do governo a respeito do sistema de ensino catarinense ficaram restritas apenas ao setor quantitativo, notadamente no aspecto referente à expansão da rede escolar dos ensinos primário e médio. Em suma, atados aos conhecimentos que vieram das pesquisas realizadas pelo Cepe, enquanto seu diretor, Santos considerava imprescindível ponderar as tendências demográficas, a urbanização, o avanço tecnológico, os meios de comunicação, a dependência da União para a tomada de decisões e, sobretudo os recursos humanos qualificados, sejam os que atuavam no sistema de ensino ou os representantes do poder estadual.

Considerações possíveis

Compreendendo que nenhuma “corrente intelectual pode ser identificada com uma orientação estável e unificada” (Pécaut, 1990, p. 107), elegemos alguns parâmetros para considerar o conceito de intelectual moderno. Após transitar por trabalhos de Vieira, Martins, Pécaut, Berlin, entre outros estudiosos do tema, escolhemos dar visibilidade a três características que Vieira compreende ser imprescindíveis para tratar o conceito de intelectual moderno e da síntese elaborada por Martins. O primeiro compreende que o conceito abarca as seguintes características:

- 1- Definição de uma identidade, ou seja, de um sentimento de pertencimento a estrato ou a grupo social específico (intelligentsia), que se caracteriza pela sua competência, familiaridade e/ou formação para lidar com a cultura, seja ela artística, filosófica, científica ou pedagógica;

- 2- Sentimento de missão social, isto é, empenho e engajamento político;
- 3- por fim, defesa da centralidade da questão educativa/formativa no projeto moderno de reforma social (Vieira, 2006, p. 3).

Já Martins sintetiza com quatro atributos a *intelligentsia*:

- A) o conteúdo utópico de seu pensamento;
- B) a auto-atribuição da liderança moral à nação e/ou da representação dos direitos de camadas sociais politicamente afônicas;
- C) uma visibilidade devida mais à posição única de seus membros do que propriamente à sua constituição em *stratum social*, condição esta, incompatível com seu número excessivamente restrito;
- D) finalmente, seu sentimento de impotência, que só é suplantado por um ato de vontade: pelo sentimento de missão, de fundamento ético (Martins, 1987, p. 73).

Ponderamos que Vieira, Martins e Berlin são partícipes de algumas ideias similares, mesmo quando consideramos o termo *intelligentsia* e intelectuais modernos distintos. Entretanto, nos dedicamos a analisar a figura do intelectual Sílvio Coelho dos Santos principalmente a partir das prerrogativas colocadas pelo primeiro. Essa opção se deu devido ao alto grau de importância concedido ao fenômeno educacional como fator capaz de promover a transformação social e a modernização do Estado; pelo papel central dado por Santos aos intelectuais na produção e divulgação das ideias de desenvolvimento e modernização, nesse caso específico, quando agiam dentro de uma instituição estatal (Cepe), e finalmente o seu envolvimento direto com o projeto formativo elaborado para Santa Catarina na década de 1960.

Assim, por todos os entre lugares nos quais Santos transitou compreendemos que, com sua formação assumiu a identidade de educador, e por meio dela se ligou a grupos específicos que pensavam a educação sem se desligar de uma formação cosmopolita, que o capacitava, familiarizava e dava competência para lidar com a cultura sob todos os seus aspectos. Sua capacidade de criticar, confrontar, não se projeta somente por sua origem social, mas pela posição do grupo ao qual estava ligado. Por outro lado, a condição social e sua rede de relações não era relegada em detrimento de seu engajamento político.

Ele se colocava na condição de vontade de contribuir para dinamizar a estrutura social, e por meio da educação sentir suas incongruências, seus pontos negativos, e criar condição de superação. Acreditava assim oferecer uma visão objetiva das condições educacionais a partir da posição de responsabilidade que usufruía naquele contexto social. Na condição de intelectual demonstra a legitimidade da liderança moral que desejava exercer no Estado, por meio da busca de cientificização da educação, de mais ciência, competência, liberdade e ética no trato da coisa pública e preocupação com a organização social.

Sua contribuição ao campo educacional, dentre outras, foi oferecer um quadro elucidativo dos obstáculos responsáveis pela existência de uma problemática educacional no Estado, a todos aqueles que atuavam direta ou indiretamente na educação ou com ela se preocupam. Esse quadro em grande medida foi demonstrado enquanto ele estava à frente do Cepe, realizando com sua equipe diversas pesquisas sobre a condição do processo educacional catarinense. Santos concentrou esforços para colaborar com a sistematização da educação em Santa Catarina para a efetivação de políticas educacionais mais seguras por meio do cumprimento de seu feito maior: oferecer subsídios ao Plano Estadual de Educação, que vigorou entre os anos de 1969-1980. Sua longa trajetória intelectual contribuiu para desencadear um pensamento sobre

a educação catarinense com racionalidade científica fundamentada pelos vieses antropológico-sociológico. Ao desenvolver no Cepe, ainda em seus primeiros passos rumo ao reconhecimento como intelectual, pesquisas em educação, Santos concorreu significativamente para a configuração do campo educacional catarinense, por meio de suas produções sobre o tema educação, desenvolvimento e planejamento.

Referências

AGUIAR, Letícia Carneiro. *O curso de Pedagogia em Santa Catarina: A história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

BARREIRA, Luiz Carlos. Anísio Teixeira e a doutrina do nacional-desenvolvimentismo. In: *Anísio Teixeira: a obra de uma vida*. Carlos Monarca (org) Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

BLANCO, Alejandro. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). Tradução de Luiz Carlos Jackson. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, jun. 2007.

DIAS dos SANTOS, Marcílio Dias dos. Nova direção no CEPE. In: FAED/UDESC/CEPE. *Boletim do CEPE*, n° 26, setembro/outubro, 1970.

FORQUIN, Jean-Claude. Sociologia das desigualdades de acesso à educação: principais orientações, principais resultados desde 1965. In: FORQUIN, Jean-Claude (org). *Sociologia da educação: 10 anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREITAS, Marcos Cezar de. (org) A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira (Breves anotações para uma hipótese de trabalho). In: *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 2001.

_____. *Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros*. Revista Brasileira de Educação. N° 15, p. 41-61, set/out/nov/dez 2000.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As ciências sociais e a pesquisa sobre educação. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v1, n°1, jan/jul, 1989. p. 71-79.

GUERRA, Rogério F. In: *Revista de Ciências Humanas* (Temas de Nosso Século)/Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. V 39, (abril, 2006). Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

LUGLI, Rosário S. Genta. *O trabalho docente no Brasil*. O discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representantes do magistério (1950-1971). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, março, 2002.

MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1962.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil de 1920 a 1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (4) vol.2, junho 1987.

MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. *Sílvio Ceolho dos Santos – um intelectual moderno no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) - SC: (1960/1970)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Orientador*: Maria das Dores Daros.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. Série Temas, V.16 Sociologia e Política. Ed. Ática: São Paulo, 1990.

RAMOS, Celso. Nos 25 anos da UDESC. In: *Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990*. Florianópolis, UDESC, 1990.

_____. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Festa dos professores, no Vale do Itajaí, item 3, p.20-23. Discursos de Celso Ramos, Governador do Estado. cdt. Encadernado com (G. d. 1963/64) S. cx.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina*. Florianópolis- SC. Editora da UFSC, 1968.

_____. *Um esquema para a educação em Santa Catarina*. EDEME - Editora Empreendimentos Educacionais Ltda. Florianópolis-SC, 1970.

_____. Homenagem pelos 100 anos de nascimento. In: *Oswaldo Rodrigues Cabral*. Sílvio Coelho dos Santos (ORG). Florianópolis: IHGSC, 2005.

SCHULTZ, Theodore W. *O Capital Humano*. Investimentos em educação e pesquisa. 2. ed. Biblioteca das ciências sociais. Zahar Editores, 1973.

TEIVE, Gladys Mary; DALLABRIDA, Norberto. A faculdade de educação nos anos 60: releitura da “idade de ouro”. In: *PerCursos: Revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da UDESC*. Florianópolis, v.4, nº 1, p. 91-106, outubro, 2003.

UDESC/FAED/CEPE. *Mensário Informativo do Cepe*, nº 7, 1967.

UDESC/FAED/CEPE. *Mensário Informativo do CEPE*, nº 14, 1968.

UDESC/FAED/CEPE. *Mensário Informativo do Cepe*, nº 16, agosto, 1968.

VALE, Ione Ribeiro. *Burocratização da educação*; um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O Discurso da Modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba-1927). In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Curitiba-PR, 2002.

WILLENS, Emílio. Assimilação e educação. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, nº4, v.8, maio, 1945. p. 173-181.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório – educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

Notas

¹ Professora no Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari/SC. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: marilandesmel@ifc-araquari.edu.br

² Professora Titular de Sociologia da Educação do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação - Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Contatos: E-mail: mdures@ced.ufsc.br

³ Trabalho originalmente apresentado no VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação ocorrido em São Luís/MA, sob o título *Sílvio Coelho dos Santos: ideias de educação, desenvolvimento e planejamento*.

⁴ Instituição criada em 1963, para desenvolver pesquisas em educação no Estado de Santa Catarina. Dentro do plano global desenvolvimentista proposto por Celso Ramos (1961/1965), houve o desenvolvimento de planos setoriais. Sua criação, juntamente com a Faculdade de Educação e o Curso de Pedagogia, formou o tripé sobre o qual se criou a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc) em 1965. No aspecto referente à educação, a criação dessa instituição foi um divisor de águas, visto que por meio do desenvolvimento de pesquisas contribuiu para a cientificação e consolidação do campo educacional catarinense. Sempre que fizermos referência a essa instituição de pesquisa usaremos a sigla Cepe.

⁵ Durante sua liderança o Cepe realizou diversas atividades paralelamente ao desenvolvimento de pesquisas e consideramos relevante mencionar:

- o convite para assessorar a Comissão do Conselho Estadual de Educação (CEE), que participaria da Reunião Regional do Sul do país, realizada em Porto Alegre de 25 de junho a 1º de julho. Esta reunião objetivava estabelecer as bases do Plano Nacional de Educação. Os técnicos do CEPE prepararam os documentos que apontavam a situação educacional do Estado e os problemas que requeriam solução a curto prazo;
- a participação no “Seminário sobre o desenvolvimento da Pesca em Santa Catarina”, realizado de 28 a 30 de outubro, na Faculdade de Ciências Econômicas (UFSC), relatando as condições das escolas localizadas nas áreas de pesca;
- a aquisição de 2.200 fichas catalográficas, sobre o tema Educação por meio do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, órgão pertencente à Presidência da República. Receberam também os exemplares de 1962/1966, da Revista América Latina, publicação do Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais (CLAPS);
- a organização de um levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento de pesquisas em educação, que foi distribuído internamente;
- o envio ao Plano de Metas do Governo (PLAMEG) de um projeto de pesquisa propondo conhecer as condições do ensino médio no Estado, com proposição para ser desenvolvido em 1968, com todo o contingente de técnicos do Cepe e alunos da FAEd, devido à importância do tema e da grande área a ser percorrida. Esta pesquisa decorreu “dado o incremento que [vinha] tendo desde o advento da LDB” no qual o ensino médio estava “a merecer de um estudo capaz de facilitar a administradores e educadores uma visão geral desse nível de ensino”;
- a firmação do convênio e o início da preparação do material para o trabalho de campo que se iniciou em agosto do 1968. Essa pesquisa se firmou com o nome “*Levantamento das condições do Ensino Médio em Santa Catarina*”;
- a elaboração de provas para o concurso de ingresso ao magistério; 8) elaboração do projeto de pesquisa “*Sobre a incidência de crianças com dificuldades de aprendizagem no 1º grau*” para ser desenvolvido em colaboração com a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e a Fundação Catarinense de Educação Especial;
- a realização de edital para vincular quatro estagiários egressos da FAEd ao corpo do Cepe, elegendo como critérios a média final e global de conclusão de curso, dando preferência à área do bacharelado;
- a realização de dois seminários sobre “*As condições do Processo Educacional em Santa Catarina*”, coordenados diretamente por Santos e por Marcílio Dias dos Santos (Mensário Informativo do Cepe, nº 14, 1968, p. 1) e a projeção de seu contingente técnico por meio da realização de cursos de pós-graduação

⁶ Trata-se da necessidade de buscar o conhecimento científico para colocá-lo a serviço da administração pública, compreendendo um projeto maior de modernização proposto pelo PLAMEG I/II para atender o homem, o meio e a expansão econômica, ou seja, mais especificamente um projeto de reforma da educação catarinense por meio de pesquisas científicas que pudessem fornecer subsídios para as políticas públicas educacionais. O Governo de Celso Ramos criou instituições educacionais necessárias à modernização da educação catarinense. Entre elas destacamos o Conselho Estadual de Educação (CEE) em 1962, o Cepe, o Curso de Pedagogia (CP), a Faculdade de Educação (FAEd) em 1963, e a então denominada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc), em 1965. Ampliou quantitativamente a estrutura da educação primária, por meio da criação de uma grande quantidade de salas de aula, seja construindo ou equipando, objetivando democratizar o acesso à educação primária no Estado. Teive e Dallabrida quanto à atitude de criação dessas instituições educacionais, em especial a FAEd, consideram que tal idéia estava “assentada na necessidade de romper com o desequilíbrio existente entre o processo de desenvolvimento econômico e o sistema de ensino, além, evidentemente, da necessidade de se responder à crescente demanda por escolarização, fruto das exigências da modernização” (2003, p. 94).

⁷ Em 1979 a UFSC abriu pela primeira vez vagas para o concurso de professor titular, sendo que duas vagas eram para a área de Antropologia, das quais uma foi preenchida por Sílvia Coelho dos Santos, aprovado no concurso (SANTOS, 2006). Contudo já atuava na área junto com Oswaldo Cabral desde 1963, como designado para o cargo.

⁸ A criação das Faculdades de Filosofia ocorreu entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Em Florianópolis, foi criada com esforços do desembargador Henrique da Silva Fontes, em 1951, a Faculdade Catarinense de Filosofia e instalada em 1955. Nesse ano os cursos de História e Geografia compunham um único curso, passando em 1956 a ser independentes. Os alunos de História nesse contexto deveriam frequentar as disciplinas de Antropologia Cultural e Etnografia Geral e do Brasil. Esse fato provavelmente estreitou os contatos de Santos com o professor Cabral e conseqüentemente com a Antropologia. Com a criação da UFSC em 1960, a Faculdade foi incorporada com o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), o que originou mudanças na grade curricular, a distribuição de disciplinas e a criação da Cadeira de Antropologia e Etnografia, da qual o professor Cabral era catedrático (SANTOS, 2006).

⁹ O professor Cabral mandara instalar um relógio de ponto para controlar os horários de trabalho na faculdade, o que gerou descontentamentos no grupo que atuava na instituição (SANTOS, 2006).

¹⁰ A partir do afastamento de Oswaldo Rodrigues Cabral após o início dos anos 1970, Santos assumiu a Cadeira de Antropologia.

¹¹ Objetivavam, estes intelectuais, estruturar o campo cultural, encaminhando reformas de ensino e criando instituições modernas de ensino e pesquisa. Neste ambiente de debate, o ministro da Educação e Saúde cria e instala (em 1938) o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, a partir de 1964, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep. Esta instituição tem como primeiro diretor Lourenço Filho, importante intelectual brasileiro ligado ao movimento de renovação educacional.

¹² Nesse período ocorreu uma etapa importante da expansão do sistema econômico brasileiro, quando criaram-se setores industriais novos; expandiram-se e modernizaram-se outros mais nas áreas de energia, transportes, alimentação e indústria de base (IANNI, 1979, p. 156).

¹³ Para analisar o sistema educativo catarinense foram realizadas diversas pesquisas coordenadas por Santos. Essas pesquisas contribuíram para o entendimento da educação e da sociedade até aquele momento, início dos anos 1960. A partir desse conhecimento procurou-se ajustar o processo educativo ao projeto amplo de modernização, de desenvolvimento proposto pelos governos de Celso Ramos (1961/1965) e Ivo Silveira (1966/1970). As principais pesquisas realizadas foram: “A formação do professor e o currículo da escola primária (1ª série)”; “Áreas suburbanas e marginais de Florianópolis”; “Preliminares para a compreensão do desenvolvimento do processo educacional primário do Vale do Itajaí do Norte”; “Subsídios ao Plano Quadrienal de Educação do Estado de Santa Catarina (1966-1970)” e “Levantamento das crianças que não estão frequentando escola no município de Florianópolis”, todas no ano de 1965. Entretanto, as mais significativas foram: “Sobre as condições do Processo Educacional em Santa Catarina” (1966); “Expansão da escolaridade primária até a 6ª série” (1967) e “Evasão Escolar e Repetência nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina” (1967) (MELO, 2008).

¹⁴ Desde janeiro de 1961, o Município de Florianópolis era governado por uma agremiação política diferente daquela que governara o Estado até então: a agremiação política Konder-Bornhausen, oposição dos Ramos. Contudo prevaleceu o tradicionalismo político, fundamentado especialmente em clientelismo político.

¹⁵ Por subdesenvolvidos entende-se os países que, especialmente na década de 1960, se caracterizavam pelos seguintes fatores: carência de gêneros alimentícios, economia basicamente agrícola com sub-produção industrial, recursos não explorados, analfabetismo, baixo consumo, desenvolvimento excessivo do setor terciário, baixo Produto Interno Bruto (PIB), alto índice de desemprego, dependência econômica e desigualdade social, dentre outros que os colocavam subordinados aos países de capitalismo avançado e considerados desenvolvidos.

¹⁶ Um Survey consistia em realizar levantamentos e estudos sobre educação e cultura, inquéritos, apoiados em metodologias inovadoras, tais como os Estudos de Comunidade, Estudos Etnográficos, Estudos de Caso, as Histórias de Vida, as Enquetes, os Depoimentos entre outros praticados principalmente pela Antropologia e Sociologia, mas que se adequam às demais ciências (XAVIER, 1999).

¹⁷ Por subdesenvolvidos entende-se os países que, especialmente na década de 1960, se caracterizavam pelos seguintes fatores: carência de gêneros alimentícios, economia basicamente agrícola com sub-produção industrial, recursos não explorados, analfabetismo, baixo consumo, desenvolvimento excessivo do setor terciário, baixo Produto Interno Bruto (PIB), alto índice de desemprego, dependência econômica e desigualdade social, dentre outros que os colocavam subordinados aos países de capitalismo avançado e considerados desenvolvidos.

¹⁸ Os grifos são do autor.

Recebido em agosto-13

Aprovado em novembro-13